



**Carta de
sociedade
latino -
americana á
Presidencia
de COP30**

Carta da sociedade civil latino-americana à Presidência da COP30

Sr. Presidente da COP30, Embaixador André Corrêa do Lago;

Sra. Diretora Executiva da COP30 e Secretária Nacional para Mudança do Clima, Ana Toni;

Escrevemos a partir de um futuro que foi quase impossível.

*Um futuro em que finalmente nossas vozes ecoaram fortes e claras,
onde os compromissos não foram mais adiados,
onde as NDCs não foram apenas promessas, mas planos vivos, alinhados com a
ciência e com o 1,5°C.*

*Onde os combustíveis fósseis ficaram para trás,
desmantelados com justiça,
dando lugar a comunidades energéticas distribuídas e fontes renováveis
que florescem a partir dos territórios.*

*Um futuro onde a natureza não é ameaçada, mas protegida pelo impulso de uma
governança global que respeita e cuida.*

Para todos e todas, por todos e todas.

*Neste futuro possível – ainda frágil, ainda urgente –
os fluxos financeiros não alimentam mais a crise,
mas sim a resiliência.*

*Os instrumentos estão livres de dívidas,
o financiamento para a adaptação deixou de ser uma dívida pendente,
e a arquitetura financeira internacional finalmente se alinha com a vida.*

Aqui, os governos assumiram sua responsabilidade histórica.

*Não com discursos, mas com impostos sobre o carbono,
leis transformadoras
e marcos regulatórios que blindam os direitos
daqueles que defendem o planeta com seus corpos e suas palavras.*

*Aqui, a Amazônia continua viva.
Porque ouvimos seus povos guardiões
e defendemos seu direito de existir.
Porque sabemos que uma humanidade segura é uma Amazônia de pé.*

*A partir deste futuro que ainda podemos construir,
chamamos os Estados a agir com a urgência que a tripla crise exige
e a aproveitar o processo da COP30 para avançar com visão
e clareza na fase de implementação
e de transformação que a agenda do clima e da vida requer.*

A partir desta visão de futuro possível, e conscientes de que ainda estamos a tempo de torná-la realidade, as organizações da sociedade civil climática da América Latina saúdam com entusiasmo a liderança da Presidência da COP30 e reconhecem a oportunidade histórica que este momento representa para o futuro da humanidade e do nosso planeta. Juntamo-nos aos seus esforços para reforçar o multilateralismo, a ação coletiva e destacar a voz da nossa região e do Sul Global no âmbito do regime internacional derivado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Reconhecemos que não é um processo perfeito, mas desejamos colaborar com vocês nesta nova etapa de implementação acelerada do Acordo de Paris, comprometidos em manter viva a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C e na construção de uma nova governança climática capaz de responder com equidade, urgência e ambição à crise que enfrentamos.

Acreditamos firmemente que o Mutirão Global proposto por vocês representa uma oportunidade valiosa para alinhar esforços em torno de um propósito comum, articulando iniciativas locais com processos de governança internacional. Nesse espírito, aderimos a esta convocação com o compromisso de contribuir com nossa experiência e capacidade. Sonhamos com um Mutirão nutrido e informado por nossas abordagens e maneiras latino-americanas, e que as ações que estão em andamento nos territórios e comunidades do Sul Global, que demonstraram capacidade e compromisso com a agenda de ação climática, tenham uma forte liderança.

Agradecemos a abertura demonstrada pela Presidência da COP30 e concordamos plenamente com sua visão de que o sucesso da COP30 dependerá da nossa capacidade coletiva de mobilizar ações concretas, ambiciosas e estruturais que acelerem a transformação sistêmica que o planeta exige. Alinhados a esse objetivo e com o objetivo de apoiar os esforços da Presidência para articular resultados concretos de implementação para a COP30, incluindo as negociações dos órgãos

subsidiários em Bonn, compartilhamos abaixo nossas sugestões e solicitações para garantir resultados compatíveis com a crise planetária que nos afeta:

A ambição climática

- **Exortar os Chefes de Estado dos países desenvolvidos e do G20 que ainda não o fizeram a apresentar suas respectivas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC 3.0) antes de setembro**, com compromissos ambiciosos, alinhados com a ciência, com as diretrizes do Balanço Global (GST) e com planos de implementação claros, que garantam a participação da sociedade civil e de atores locais em sua formulação. Sua apresentação oportuna permitirá que o relatório de síntese do Secretariado, antes da COP30, avalie sua compatibilidade com a meta de 1,5°C e verifique sua contribuição justa e efetiva para as reduções globais de pelo menos 43% até 2030 e 60% até 2035.
- **Impulsionar processos nacionais e regionais participativos que fortaleçam a governança ambiental no desenho e na implementação das NDCs**, com foco na participação efetiva, transparência e justiça, e que articulem mitigação, adaptação, transição justa, proteção da biodiversidade e redução das desigualdades, enfatizando sua relação intrínseca com os planos nacionais de desenvolvimento. Para a América Latina e o Caribe, o Acordo de Escazú constitui um marco essencial para garantir tal inclusividade e transparência.
- **Reconhecer que temas-chave para o sucesso da COP30 – como a ambição e a correção de rumo das NDCs 3.0 e a implementação do GST – não estão suficientemente refletidos na agenda formal**, e por isso, promover desde já a construção participativa e transparente de uma Cover Decision que os integre de forma central no pacote de negociação. Essa decisão deve evidenciar o estado da ação climática em relação à meta global de 1,5°C, impulsionar a definição de ações para a implementação do Acordo de Paris e do primeiro Balanço Global; e fortalecer as estruturas existentes de prestação de contas e transparência.
- **Advogar pela adoção de uma decisão clara no âmbito do Diálogo dos EAU para a implementação do GST que atenda explicitamente aos temas de mitigação, adaptação e meios de implementação**, inclusive em relação a uma transição energética justa, ao cumprimento das metas para deter e reverter o desmatamento e aos objetivos setoriais de adaptação. O resultado dessa decisão deveria criar um item de agenda anual que permita o acompanhamento e garanta a prestação de contas em seu cumprimento.
- **Promover um diálogo transparente e aberto entre Chefes de Estado, negociadores, atores não estatais e sociedade civil sobre os gargalos para a implementação no âmbito do Global Ethical Stocktake**, com vistas a esclarecer as causas estruturais, éticas e de princípios por trás da crise climática. Isso deve contribuir para promover soluções transformadoras que envolvam a coordenação e cooperação de diversos setores.

- **Adaptação e perdas e danos**
- **Garantir uma agenda de adaptação robusta e transformadora na COP30 que lhe conceda o status de prioridade política e estratégica.** Esta agenda deve articular a ação política em todos os níveis (regional, nacional e local) e posicionar a adaptação como garantia para os direitos humanos e da natureza, dentro de um marco de justiça climática. Isso inclui a adoção do quadro de indicadores da Meta Global de Adaptação (GGA), impulsionando compromissos concretos para avançar em direção à universalização dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs 3.0) até 2025, aumentar e garantir a provisão de recursos, alinhados com as necessidades dos países em desenvolvimento, e acordar o Roteiro de Adaptação de Baku (BAR) para continuar o trabalho após Belém.
- **Facilitar a adoção de um conjunto de indicadores que permita operacionalizar a GGA.** Este conjunto de indicadores, que permitirá monitorar o progresso em relação às 11 sub-metas da GGA, com especial atenção aos meios de implementação, deve ser gerenciável e inclusivo, aplicável globalmente, sensível aos contextos nacionais e incorporar o conhecimento e a visão das comunidades locais e dos povos indígenas.
- **Instar os Chefes de Estado e negociadores dos países desenvolvidos a se comprometerem a garantir a sustentabilidade e a certeza financeira dos novos fluxos de financiamento da adaptação.** Esses fluxos devem garantir o acesso direto aos países em desenvolvimento, assegurar reposições adequadas, em particular garantindo a reposição de USD 300 milhões para o Fundo de Adaptação; e melhorar o acesso efetivo a outros fundos relevantes, como o Fundo Verde para o Clima e o Fundo para o Meio Ambiente Global, em linha com a decisão de triplicar os recursos financeiros climáticos para a nova meta de financiamento climático. Além disso, deve-se fazer um apelo ao Mecanismo Financeiro da UNFCCC para apoiar a implementação das metas da GGA.
- **Assegurar um novo compromisso de financiamento para a adaptação pós-2025 que, pelo menos, triplique os níveis de 2019, ou seja, USD 120 bilhões até 2030¹.** Este compromisso deve estar alinhado com a nova meta de financiamento climático, o Roteiro Baku-Belém e as 11 metas da GGA. O compromisso deve: i) mobilizar recursos com rapidez e escala, gerando oportunidades para povos indígenas, comunidades locais e subnacionais; ii) ser quantitativo, verificável, plurianual e entregue como subvenções ou fundos altamente concessionais que não gerem dívida; e iii) contar com um espaço institucional de acompanhamento e incluir este tema como item de agenda na decisão da GGA.
- **Chamar a atenção política dos Chefes de Estado e negociadores dos países desenvolvidos para que reconheçam as perdas e danos como pilar da ação climática, respaldado por compromissos financeiros.**

1 Essa meta responde à meta de duplicação acordada em 2021 e deve servir para fechar a lacuna de financiamento da adaptação (US\$ 215 a 387 bilhões anuais) e ser apoiada por um plano de ação que inclua reformas nas instituições financeiras internacionais (IFIs) e mecanismos inovadores.

- É urgente que a mitigação, a adaptação e as perdas e danos sejam reconhecidos como os três pilares da ação climática no Roteiro para os USD 1,3 trilhões e que as provisões de financiamento sejam diferenciadas para adaptação e perdas e danos. Além disso, as decisões da COP30 devem incluir mecanismos acessíveis e justos para a região que respondam ao aumento de eventos extremos na América Latina e que estejam alinhados com as lacunas de financiamento nesta área.
- **Ademais, instar os países desenvolvidos a garantir a capitalização adequada e a efetiva operacionalização do Fundo para Resposta a Perdas e Danos**, assegurando que os recursos sejam novos, adicionais, previsíveis e permitam uma implementação ágil, com acesso direto e foco nas comunidades mais afetadas.

Financiamento climático

- **Acordar e implementar o Roteiro para a mobilização de USD 1,3 trilhões anuais até 2035** que impulse uma transformação do sistema financeiro global para assegurar fluxos adequados e sustentáveis para o mundo em desenvolvimento, incluindo metas intermediárias, revisões periódicas e uma arquitetura institucional robusta que garanta transparência, acompanhamento e prestação de contas. Deve também enfatizar o financiamento público que não aumente o endividamento, amplie o espaço fiscal dos países em desenvolvimento para a ação climática e assegure o acesso efetivo por parte de comunidades locais e governos subnacionais; abordando o potencial de políticas fiscais como a imposição de impostos sobre atividades poluidoras e a riqueza gerada a partir da exploração de recursos naturais e das emissões de GEE, especialmente de empresas multinacionais sediadas em países desenvolvidos, seguindo a lógica do princípio do poluidor-pagador. É igualmente importante promover o alinhamento com as decisões tomadas em outros espaços, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional e a Plataforma Regional de Cooperação Tributária para a América Latina e o Caribe (PTLAC), presidida pelo Brasil este ano.
- **Realizar o acompanhamento institucional da implementação da decisão sobre a nova meta de financiamento climático.** Em particular, deve-se instar os países desenvolvidos a assegurar o cumprimento do compromisso de triplicar os fluxos financeiros anuais para os fundos do Mecanismo Financeiro², destinados à implementação dos compromissos climáticos dos países em desenvolvimento; ressaltando a importância do financiamento público e altamente concessional e, no caso de recursos privados, que sejam mobilizados dentro de um quadro de sustentabilidade e respeito aos direitos humanos.
- **Fomentar um espaço de discussão focado na adoção de uma decisão substancial para operacionalizar o Artigo 2.1c do Acordo de Paris.**

2 Fundo Verde para o Clima, Fundo de Adaptação, Fundo Global para o Meio Ambiente, Fundo para os Países Menos Desenvolvidos, Fundo para Perdas e Danos e Fundo Especial para Mudanças Climáticas.

Deve-se começar por reconhecer que o regime climático deve incidir ativamente no chamado para realizar reformas estruturais nos sistemas financeiros nacionais e internacionais, incluindo as discussões sobre a eliminação de subsídios às indústrias poluidoras e emissoras de GEE, com uma abordagem de justiça climática.

- **No âmbito da Agenda de Ação, promover a participação efetiva de povos indígenas, comunidades locais, juventudes, mulheres e outros grupos historicamente excluídos na governança do financiamento climático, garantindo transparência, rastreabilidade e acesso direto aos recursos.** Isso implica focar as discussões na melhoria da informação pública sobre fluxos financeiros e estabelecer mecanismos participativos para o acompanhamento do cumprimento dos compromissos financeiros.

Transição Justa

- **Instar o reconhecimento de que a transição justa é um eixo estruturante da implementação do Acordo de Paris e de seus instrumentos nacionais³,** acordando princípios e salvaguardas para sua implementação, e impulsionando a criação de planos nacionais de transição justa integrados com as NDCs, NAPs e estratégias de longo prazo. Da mesma forma, promover a criação de um mecanismo de cooperação internacional para a Transição Justa, que conecte processos dentro e fora da UNFCCC.
- **Facilitar consensos em torno do Programa de Trabalho de Transição Justa** que permitam impulsionar a transição de um modelo econômico extrativista e intensivo em combustíveis fósseis para um modelo inclusivo, sustentável e baseado na justiça climática e social e no respeito aos direitos humanos e trabalhistas. Este deve incorporar a diversificação econômica, a geração de empregos de qualidade, o financiamento justo sem sobre-endividamento, a cooperação internacional efetiva e a participação plena e equitativa de povos indígenas e comunidades locais e afrodescendentes, trabalhadores, mulheres e juventudes.
- **Instar os Chefes de Estado, particularmente dos países desenvolvidos e dos principais produtores e consumidores de combustíveis fósseis, a apresentar um roteiro para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis com uma data de saída clara.** Com base no princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e fazendo um apelo a todos os atores, especialmente ao setor privado e ao setor energético, isso contribuiria para demonstrar ações concretas de implementação do compromisso do Balanço Global associado à transição para longe dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos e, ao mesmo tempo, poria fim à persistência do extrativismo no Sul Global.
- **Convocar os Chefes de Estado a ampliar os esforços para alcançar a meta global de triplicar as energias renováveis e duplicar a eficiência energética até ,**

³ NDCs, NAPs, Estratégias de largo plazo, etc.

2030, com base nas circunstâncias e capacidades nacionais dos países em desenvolvimento. Isso deve ser implementado em parceria com o setor privado, os povos indígenas e as comunidades locais, sob uma abordagem ecossocial centrada na justiça, que assegure a preservação dos territórios e a erradicação da pobreza energética.

- **Colaborar com os atores da agenda de ação climática para implementar mecanismos de financiamento inclusivos para a transição energética justa.** Esses mecanismos devem garantir a mobilização de recursos sem sobre-endividamento, a erradicação da pobreza energética e a ampliação do financiamento e das capacidades. Além disso, devem integrar instrumentos participativos adaptados às realidades e prioridades locais, entre os quais podem estar as plataformas de transição justa e de investimento em cada país, e se alinhar com a implementação das NDCs.

Sinergias Clima-Biodiversidade

- **Impulsionar a liderança política de países-chave para fortalecer as sinergias entre as três Convenções do Rio, que possam se traduzir em uma governança integrada a nível nacional.** A COP30 deve ser uma oportunidade para demonstrar vontade política concreta que conecte os compromissos climáticos com as metas de biodiversidade e de combate à desertificação, orientando políticas públicas, investimentos e marcos regulatórios para uma ação mais eficiente e com maiores co-benefícios.
- **Instar a criação, no âmbito da UNFCCC, de um espaço de discussão para fortalecer o trabalho conjunto entre as três Convenções do Rio.** Para isso, sugerimos que seja proposto um item de agenda que inicie as conversas em Bonn e continue até a COP30, promovendo negociações e consensos em torno de uma decisão sobre sinergias.
- **Em conjunto com a Agenda de Ação e por meio do Mutirão Global, instamos para que sejam estabelecidos espaços que destaquem o papel das comunidades locais e dos povos indígenas na implementação de soluções integradas para o clima e a biodiversidade.**

Nossas recomendações buscam contribuir para o sucesso da COP30 reforçando o multilateralismo, não apenas como um marco de negociação entre governos, mas como um espaço de construção coletiva entre povos, setores e gerações. Reconhecemos que o processo climático no âmbito da UNFCCC foi uma conquista do multilateralismo ambiental e, por isso, fazemos um apelo para revitalizá-lo com decisões que respondam à urgência científica e ao mandato ético de proteger a vida e a dignidade de todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Nossa região está pronta para oferecer liderança, inovação e cooperação para avançar rumo a uma governança climática justa, ambiciosa e eficaz.



Conectando o regime climático com a vida real das pessoas, as vozes aqui representadas expressam os desafios, soluções e oportunidades que se vivem nos territórios. Nossa convicção é de que acelerar a implementação do Acordo de Paris não é apenas possível, mas imprescindível, e que isso requer ajustes estruturais em todos os níveis. Juntamo-nos ao Mutirão Global com a esperança de que a COP30 seja lembrada como o ponto de inflexão que transformou compromissos em transformações reais. Estamos à disposição para seguir caminhando juntos rumo a um futuro mais justo, resiliente e sustentável.